

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

COMPANHIA ABERTA

**CNPJ 04.913.711/0001-08
NIRE 15300000114**

Avenida Presidente Vargas, nº 251, Centro – CEP 66.010-000 – Belém-Pará



Demonstrações Contábeis pela Legislação Societária

em 30 de junho de 2010 e 2009, acompanhadas do

Parecer dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Banco do Estado do Pará S.A. (BANPARÁ) relativo ao primeiro semestre de 2010, elaborados em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Cenário Econômico

Após a turbulência de 2009, a economia mundial apresentou no primeiro semestre de 2010 (1S10) sinais de recuperação nas atividades econômicas, sendo liderados pelos países emergentes, a exemplo da China, da Índia e do Brasil. Também os USA, Japão e Alemanha dão sinais de aquecimento na sua economia. Por outro lado, na Zona do Euro, a recuperação ainda é incerta, devido à crise fiscal na Grécia, Espanha e Portugal. Esse cenário motivou a revisão das estimativas de crescimento global de 2% para 4% em 2010, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No Brasil, o 1S10 começou aquecido, registrando crescimento de 9% no PIB no 1T10 em relação a igual período do ano passado. Os indicadores do desenvolvimento da indústria e do comércio, respectivamente, de 17,3% e de 11,5 % nos cinco primeiros meses de 2010, também foram positivos se comparados ao mesmo período de 2009.

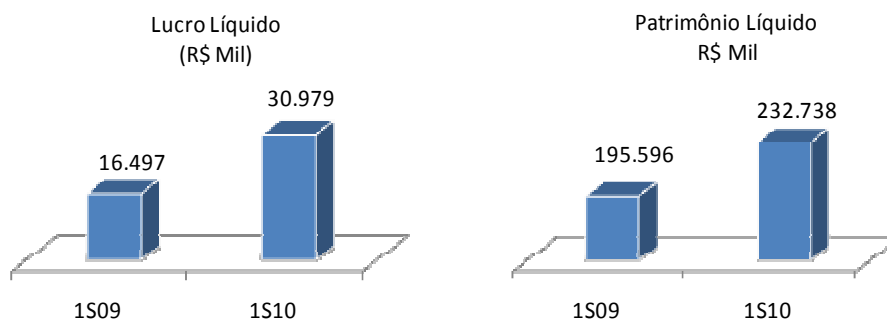
Em maio deste ano, a taxa de desocupação foi 7,5%, que refletiu aumento de 0,2% frente a abril. Ainda em relação ao mês anterior, o poder de compra do rendimento médio real habitual dos trabalhadores teve queda de 0,9%, segundo dados do IBGE. O comportamento do mercado de trabalho formal, no 1S10, apresentou um saldo de 1,4 milhões de empregos gerados, representando um acréscimo de 4,4%, segundo números do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O fato negativo no ano foi o recrudescimento da inflação: o IPCA acumula taxa de 3,1% acima da variação de 2,6% do mesmo período de 2009. Para os analistas do setor financeiro, o IPCA deve encerrar o ano em 5,5%, portanto, acima da meta 4,5%. Nesse ambiente, o COPOM elevou no 1S10 a taxa SELIC de 8,7% para 10,2% a.a., objetivando assegurar a convergência da inflação à trajetória da meta.

No Pará, a produção industrial teve um incremento de 10,3%. No comércio, o volume de venda cresceu 15,4% (IBGE). Foram gerados pouco mais de dezessete mil novos postos de trabalhos formais, o que equivale a um aumento de 3,0% (CAGED/MTE). O IPCA na Região Metropolitana de Belém apresentou no mês de junho elevação de 0,1% frente a 0,2% de maio – no semestre o acumulado é de 3,8% (IBGE). O saldo total das operações de crédito do Estado no 1Q10 cresceu 21,1%, sendo 24,2% referente à Pessoa Física (PF) e 18,0% Pessoa Jurídica (PJ), segundo o Banco Central do Brasil (BCB), comparativamente a igual período de 2009.

Desempenho

No primeiro semestre de 2010, o BANPARÁ apresentou lucro líquido de R\$ 30.979 mil e Patrimônio Líquido de R\$ 232.738 mil, com rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido médio de 15,0%. Comparado com o resultado obtido no mesmo período de 2009, o lucro líquido apresenta-se 87,8% superior.

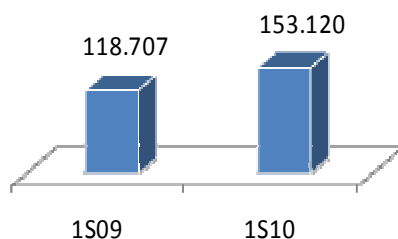


Intermediação Financeira

As receitas com intermediação financeira totalizaram R\$ 186.837 mil, ou crescimento de 16,9% quando comparadas com as do mesmo período de 2009. As rendas de operações de crédito, incluindo as recuperações, contribuíram com R\$ 153.120 mil para o total das receitas alcançadas, ou seja, evolução de 28,9% em relação ao saldo atingido no primeiro semestre de 2009. As rendas dos produtos Consignado Estadual, BANPARÁ Comunidade e Banparacard apresentaram performance positiva de 53,9%, 26,7% e 18,1%, respectivamente, quando comparados com as rendas no primeiro

semestre de 2009. Destacamos também o desempenho do produto Consignado Inativo – Pensionista (IGEPREV), lançado em abril deste ano, que contribuiu com R\$ 8.746 mil para o total das rendas de crédito.

Rendas de Operações de Crédito
(R\$ Mil)



O resultado com Títulos e Valores Mobiliários declinou 19,6% quando comparado com o saldo de R\$ 38.297 mil apresentado em junho de 2009, em função da queda de 28,5% nas rendas de títulos de renda fixa.

As despesas da Intermediação Financeira, em junho de 2010, atingiram R\$ 48.693 mil, registrando decréscimo de 1,1% quando comparadas com os R\$ 48.160 mil do mesmo período de 2009. As despesas com captação de recursos totalizaram R\$ 39.330 mil, com queda de 6,7% em relação a junho do ano anterior. No que diz respeito às despesas com provisões para risco com crédito, o saldo apresentado foi de R\$ 9.122 mil, equivalente ao aumento de 42,8% em relação ao registrado em junho de 2009.

O resultado da intermediação financeira, após as provisões para perdas em operações com créditos, atingiu R\$ 138.144 mil no primeiro semestre de 2010, com crescimento de 23,7% em relação ao registrado no mesmo período de 2009.

Demais Receitas e Despesas Operacionais

As receitas de serviços totalizaram R\$ 14.961 mil no primeiro semestre de 2010, ou um crescimento igual a 32,6% se comparado com o total de R\$ 11.279 mil alcançado em junho de 2009. As rendas de administração de Fundos cresceram 3,9% em relação ao saldo do mesmo semestre do ano anterior.

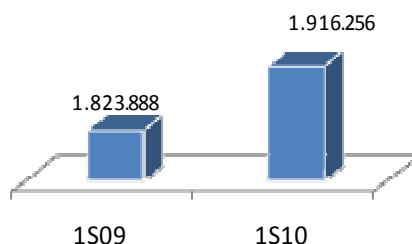
Neste primeiro semestre, as despesas com pessoal atingiram R\$ 51.243 mil, equivalentes a um crescimento de 20,6% em relação ao saldo apresentado em igual período do ano anterior, decorrente do seguinte: (i) contratação de novos funcionários; (ii) intenso treinamento; e (iii) pelo reajuste salarial em função da implantação do Plano de Cargos e Salários. O aumento nessas despesas fez com que o índice de cobertura das despesas com pessoal em relação às receitas de serviços atingisse 29,2%, com queda de 2,7 pontos percentuais em relação ao índice apresentado no primeiro semestre de 2009.

No que tange a outras despesas administrativas, apresentou saldo de R\$ 41.739 mil neste primeiro semestre de 2010, ou uma evolução de 7,6% em relação ao total de R\$ 38.772 mil do mesmo período em 2009. O índice de eficiência operacional das despesas administrativas em relação às receitas caiu 8,8% no semestre, atingindo 54,4% quando comparado com os 63,2% apresentado em igual período de 2009.

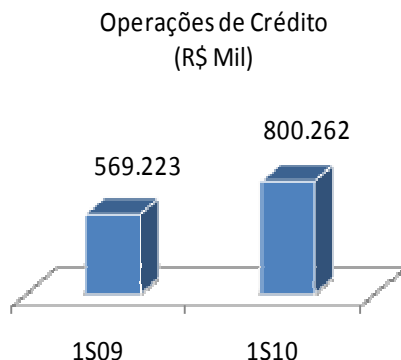
Desempenho Patrimonial

Os Ativos Totais alcançaram saldo de R\$ 1.916.256 mil, em junho de 2010, que equivale a crescimento de 5,1%, quando comparado ao registrado em junho de 2009, aumento esse originado, principalmente, pela expansão da captação de depósitos e pelo incremento das operações de crédito. O índice anual de retorno sobre o ativo médio passou de 0,9%, em junho de 2009, para 1,7% em junho de 2010, ou um crescimento de 0,8 pontos percentuais.

Ativos Totais
(R\$ Mil)



Ao final do primeiro semestre de 2010, as operações de crédito cresceram 40,6%, totalizando R\$ 800.262 mil. O segmento empréstimos pessoa física alcançou o patamar de R\$ 783.755 mil, correspondente a uma evolução de 70,6% quando comparado com o saldo de R\$ 553.534 mil apresentado em junho de 2009. Nessa linha, os Empréstimos Consignados representam 63,3% do total da carteira, com destaque para o Consignado Estadual que evoluiu 43,2% e o Inativo Pensionista (IGEPREV), este lançado no último mês de abril, que alcançou saldo de R\$ 135.347 mil, e, ainda, o Banparacard, que obteve crescimento de 3,4% alcançando R\$ 178.519 mil. Já o índice de inadimplência da carteira de empréstimos atingiu 0,9%, com queda de 0,3 pontos percentuais em relação ao apresentado no primeiro semestre de 2009.



Captação de Recursos

O saldo de recursos captados no primeiro semestre de 2010 alcançou R\$1.545.824 mil, que equivale a um crescimento de 1,8% em relação ao igual período do ano anterior. Esse aumento foi bastante influenciado pela evolução de 9,0% nos depósitos a prazo, que atingiu saldo de R\$ 789.368 mil frente aos R\$ 724.263 mil apresentados em junho de 2009. Já os depósitos de poupança apresentaram saldo de R\$ 254.402 mil, com crescimento de 51,1% frente aos R\$ 195.903 mil apresentados em junho de 2009.

Mercado e Imagem

Reconhecimentos

- **14º lugar entre as maiores empresas do Pará** - A revista **Valor Econômico/Estados** (Pará), edição de abril de 2010, relacionou o BANPARÁ como um dos líderes do mercado paraense, com base nos anuários Valor 1000 e Valor Grandes Grupos (edições 2009) e nas demonstrações financeiras das empresas e grupos. O ranking reúne as 35 maiores empresas do Estado e considerou a Receita Bruta, a Variação, o Patrimônio Líquido, o Resultado Líquido e a Rentabilidade do PL. Em relação à Rentabilidade do PL, conforme os dados do ranking, o BANPARÁ foi o melhor entre as 20 primeiras empresas. Outro resultado expressivo foi o Patrimônio Líquido, que teve o sexto melhor desempenho na lista.
- **Anuário Brasileiro de Bancos 2010** - Na sua edição 2010, a revista destacou o programa Ambiente Amigo, a implementação do Backfone de fibra ótica, a ativação do Site de Contingência e o projeto correspondente não bancário, relacionados como principais projetos do BANPARÁ. O anuário elencou os 102 maiores Bancos do Brasil e seus principais projetos na área de sustentabilidade e de expansão no setor, a par das suas principais inovações e conquistas de TI e Telecom em 2009. A revista também destacou os projetos em curso já estabelecidos em 2010 na área de canais, de crédito, de produto bancário e na área de controle interno.

Responsabilidade Social e Ambiental

Para cumprir a sua missão, de ser um banco comprometido com as políticas de fomento e desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará, atuando com ética e responsabilidade social, o BANPARÁ atua em três principais frentes. São elas: a socioeconômica, a ambiental e a cultural. Considerando esses direcionamentos, o Banco desenvolve ações de patrocínios, projetos institucionais e campanhas em diversas áreas e atividades da sociedade.

À guisa de ilustração, o Banco renovou importantes parcerias e projetos sociais, dentre eles, o apoio financeiro à Casa do Menino Jesus III, entidade acolhedora de crianças portadoras de câncer, com repasses mensais que totalizaram R\$21 mil; bem assim ajuda financeira à implantação dos Infocentros, espaços públicos e gratuitos equipados com microcomputadores, acessíveis à população. Por outro lado, o BANPARÁ patrocinou eventos de reconhecida importância social e econômica, como a Frutal Amazônia 2010, evento de expansão da agroindústria paraense, e a Feira do Empreendedor, que estimula empreendedorismo no mercado paraense.

O BANPARÁ promoveu ações de caráter ambiental e mobilizou seus funcionários e a sociedade para uma mudança de atitude apoiada em ações mais favoráveis no cuidado com o meio ambiente. Nessa linha, deu prosseguimento às ações do Programa Ambiente Amigo, que inclui a coleta seletiva, e a divulgação dos Agentes BIO, que são funcionários escolhidos por cada Unidade que lembram os colegas sobre a economia dos recursos no ambiente de trabalho. O

Programa Ambiente Amigo desenvolve a campanha de arrecadação de papel inservível nas unidades do BANPARÁ e remete a comunidades de catadores de papel, no caso, a Associação dos Recicladores de Águas Lindas - ARAL.

O BANPARÁ, preocupado com a cultura e o esporte do povo paraense, também manteve o patrocínio aos clubes de futebol que permitem grande visibilidade da marca BANPARÁ na mídia, tanto local quanto nacional, a partir das atuações em campo do Remo, do Paysandu, do São Raimundo e do Águia, este do município de Marabá. Também patrocinou o XXIII Festival Internacional de Música do Pará.

Ações de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentáveis

O BANPARÁ, como agente financeiro do Governo do Estado, administra os programas voltados para o desenvolvimento econômico e social do Estado. Junto aos governos municipais administra oito fundos de incentivos às economias de Belém, Ananindeua, Santarém, Mojú, Óbidos, Paragominas, Santa Barbara e Xinguara. Assim o BANPARÁ é parceiro do Governo do Estado na administração dos seguintes fundos e programas: Banco do Produtor – Fundo para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado do Pará, com R\$ 12.396 mil aplicados em projetos de investimentos produtivos em onze municípios do Estado; FDE Reversível para o Setor Privado funcionando desde 1991 e que até junho de 2010 teve mais de R\$ 25.000 mil aplicados em projetos produtivos em todo o Estado do Pará; Programa Estadual de Microcrédito Solidário – Credpará, com R\$ 31.481 mil aplicados, beneficiando 48.928 pessoas físicas e jurídicas em mais de 60 municípios paraenses; FDE – Incentivos Financeiros; Fundo de Aval do Estado do Pará que oferece oportunidades de obtenção de crédito a 1.906 pessoas físicas que passaram pelo Programa Bolsa Trabalho; Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará que beneficia atualmente 103 empresas que promovem o desenvolvimento econômico e social do Estado gerando mais de 15 mil empregos diretos; e, o Programa de Redução da Pobreza e Gestão de Recursos Naturais do Pará – Pará Rural, que somente no primeiro semestre de 2010 iniciou a operacionalização e já teve quatro operações contratadas no valor de R\$ 2.680 mil e recursos aplicados no período no valor de R\$ 267 mil que favorece mais de 700 famílias de produtores rurais pobres.

Produtos, Serviços e Canais

- **Rede de Compras** - A rede de compras BANPARÁ reúne estabelecimentos conveniados para a venda de produtos e serviços aos correntistas portadores do Cartão BANPARÁ. É produto estratégico que fideliza o cliente por meio da segurança, agilidade e comodidade nas transações. No encerramento do primeiro semestre de 2010, cerca de 1.325 estabelecimentos credenciados pelo BANPARÁ efetuaram 293.690 transações, ou 89,9% superior comparando-se com o mesmo período do ano anterior.
- **Serviço de Autoatendimento** - O BANPARÁ possui 442 ATMs distribuídos em agências, postos e pontos de atendimento eletrônico, distribuídos em 149 pontos de autoatendimento. Com a finalidade de se fazer presente junto aos clientes, o BANPARÁ possui convênios com o Banco 24 Horas e Rede Compartilhada para saques, saldos e extratos em ATMs terceirizados, espalhados por todo o Brasil, que resultaram crescimento de 63,9% em quantidade de transações comparando-se com o primeiro semestre de 2009.
- **Serviço de Internet** - Em seu site institucional, o BANPARÁ disponibiliza acesso a serviços de *internet banking* para pessoas físicas, jurídicas e órgãos de governo. O site proporciona aos clientes conhecer, com detalhes, os conteúdos dos serviços e produtos oferecidos. O volume de transações por meio do *internet banking* cresceu 46,9% em relação ao primeiro semestre 2009.
- **Serviço de Call Center e SAC** - O BANPARÁ disponibiliza o serviço de transações por telefone e o serviço de atendimento ao cliente. O volume de transações eletrônicas cresceu 16,2% em relação ao primeiro semestre 2009.

Rede de Atendimento BANPARÁ

O BANPARÁ conta com uma rede de atendimento de 165 pontos, divididos em 42 agências, 34 postos de atendimento bancário, 68 pontos de atendimento eletrônico, 11 postos de atendimento avançado e 10 caixas deslocados.

Está previsto para o segundo semestre de 2010, a abertura de três postos de atendimento bancário nos municípios de Belém, Marabá e Água Azul do Norte.

Gestão e Tecnologia

Governança Corporativa

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, o BANPARÁ vem aprimorando continuamente a qualidade e transparência das informações prestadas aos seus acionistas, ao público em geral e aos demais interessados, levando-se em conta elevados padrões éticos.

Esse esforço concretiza-se na adoção de um conjunto de práticas que asseguram a contínua melhoria do desempenho da Instituição, propiciando uma gestão com alta responsabilidade social e geração de valor.

O BANPARÁ é administrado por um Conselho de Administração composto de seis membros efetivos e mesmo número de suplentes, assegurada, na sua composição, o assento de um representante dos acionistas minoritários e um dos empregados, e por uma Diretoria Colegiada composta de cinco membros, sendo pelo menos um deles escolhido entre os empregados do quadro de carreira.

O Conselho Fiscal é permanente e integrado por três membros efetivos e três suplentes com mandato de um ano, sendo um deles, e o respectivo suplente, eleitos pelos acionistas minoritários.

O BANPARÁ mantém Comitês consultivos, deliberativos, e consultivos e deliberativos, criados pela Diretoria Colegiada, e estruturados como órgãos colegiados e multidisciplinares.

A Ética está presente, principalmente por meio do Código de Ética, com o objetivo de fomentar valores e princípios institucionais do BANPARÁ entre os administradores, parceiros, fornecedores, colaboradores e prestadores de serviços

Tecnologia da Informação

No primeiro semestre de 2010, o BANPARÁ manteve a diretriz de aquisição somente de equipamentos de informática voltados para a responsabilidade social e ambiental (TI verde), com vistas ao ecologicamente viável.

Implementou o *Internet Banking Mobile* por meio do qual seus clientes podem acessar transações de saldo e extrato via celular. No que tange a modernização do *Data Center*, o *Site de Contingência* está implantado, permitindo um maior controle sobre os riscos inerentes à Tecnologia, propiciando a continuidade dos negócios da Instituição diante situações de falhas. O *Data Center* principal também foi atualizado com a aquisição de novos *servidores*, expandindo-se ainda mais a capacidade de processamento do Banco.

Segurança da Informação

Neste semestre foi dada continuidade a importantes ações de segurança da informação, para melhorar os mecanismos atualmente implantados no BANPARÁ, redefinindo processos em funcionamento, procedimentos e normas vigentes.

Foram detectados e bloqueados nas mensagens trafegadas no servidor de e-mail do BANPARÁ 92,3% das ameaças de SPAM, evitando-se, assim, uma perda de produtividade de cerca de R\$ 3.010 mil no primeiro semestre de 2010.

Visando proporcionar maior disponibilidade, segurança e confiança nos serviços prestados aos clientes foram realizados grandes investimentos em sistemas de detecção de intrusão nas redes externa e interna e *firewall* na Internet, tendo sido evitadas em torno de 90,0% das tentativas de acessos indevidos ou utilização inadequada dos recursos computacionais à rede do BANPARÁ.

Gestão de Riscos

O BANPARÁ procura alinhar suas atividades aos padrões recomendados pelo Novo Acordo de Capital - Basileia II, adotando as melhores práticas de mercado para minimizar as perdas e garantir o retorno de suas operações. Os riscos de forma integrada realizam simulações para identificar possíveis impactos no resultado operacional do Banco, quando do lançamento de novos produtos, serviços e operações, que são apreciadas e aprovadas pelas áreas envolvidas.

No processo de gestão de riscos é realizado constante aprimoramento de suas políticas, sistemas, controles e procedimentos, em consonância ao planejamento estratégico da instituição. Para isso, mantém estrutura integrada de gerenciamento de riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional centralizada e independente utilizando modelos estatísticos aprimorados que visam assegurar o cumprimento das diretrizes estabelecidas, tornando transparente e robusta a avaliação, decisão e gestão de seus investimentos. O modelo de gestão utilizado proporciona uma visão completa das exposições assumidas, otimizando o apoio nas decisões estratégicas da instituição.

Como forma de medir o grau de exposição aos riscos assumidos, de acordo com as regras de Basileia II, o BANPARÁ calcula o Índice de Solvabilidade, que mede a relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), que em junho de 2010 foi de 21,3%, 10,3% acima dos 11,0% exigido pelo Banco Central do Brasil.

Controles Internos e Compliance

O sistema de controles internos contempla o monitoramento das atividades em todos os níveis da Organização como forma de garantir a conformidade.

- **Estrutura de Controles Internos** – O BANPARÁ deu seguimento à aplicação da metodologia de Autoavaliação de Controles e Riscos em suas unidades. Neste sentido, no primeiro semestre de 2010 foram avaliadas 30 agências do interior e 08 unidades da matriz, o que permitiu a identificação dos maiores riscos operacionais a que essas áreas estão expostas e a geração de 11 Planos de Ação para mitigá-los, os quais serão acompanhados até a sua finalização. Também foram realizados *Workshops* sobre Controles Internos e Risco Operacional, bem como sobre Prevenção à Lavagem de Dinheiro, em 30 unidades, abrangendo 284 funcionários, no intuito de disseminar e fortalecer a cultura de controles e riscos na Instituição.
- **Prevenção à Lavagem de Dinheiro – PLD** - O BANPARÁ vem adotando providências visando contemplar a Circular-BACEN nº 3.461, de 24 de julho de 2009, que consolida regras sobre os procedimentos a serem adotados na prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na Lei 9.613, de 3 de março de 1998, com a publicação da Política Institucional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, objetivando manter a transparência, ética e legalidade de suas ações, bem como a proteção de sua imagem perante a sociedade em geral.

Gestão de Pessoas

Com foco na excelência no atendimento foram realizados investimentos em capacitação profissional do corpo funcional na ordem de R\$ 551 mil, com 1.475 vagas em cursos, treinamentos e *workshops*. Buscando o contínuo aperfeiçoamento, o Banco promove no corrente ano a certificação de seus empregados que atuam na venda de produtos e serviços, aplicações financeiras e investimentos, sendo certificados, apenas no primeiro semestre de 2010, 39,1% em CPA 10 e 34,0% em CPA-20.

Investimento em segurança Bancária

No intuito de promover maior segurança aos seus clientes, colaboradores e empregados, o BANPARÁ investiu, no primeiro semestre, aproximadamente R\$ 3.700 mil em Segurança Bancária, com o aumento do efetivo de vigilância armada, alarmes, fechaduras randômicas e Circuito Fechado de TV – CFTV. Em parceria com o programa do governo do Estado do Pará “Segurança Cidadã”, também concluiu a instalação dos biombos em suas agências da Capital, prospectando a expansão do projeto para as unidades do interior do Estado ainda no corrente ano.

Circular nº 3.068/01 – Bacen

O BANPARÁ declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 190.659 mil, representando 46,3% do total de títulos e valores mobiliários.

Auditoria Independente

Em cumprimento ao contido no art. 2º da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria BDO Auditores Independentes abrangem, exclusivamente, a Auditoria Externa.

Agradecimentos

O BANPARÁ agradece ao competente e qualificado quadro de funcionários pelo empenho e dedicação, bem como ao Governo do Estado, acionistas e clientes, pela confiança e apoio.

A Diretoria Colegiada

BALANÇO PATRIMONIAL		
	30.06.10	30.06.09
ATIVO		
Circulante	1.072.077	1.317.754
Disponibilidades	65.134	79.451
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	373.103	441.092
Aplicações no Mercado Aberto	289.996	381.001
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	83.107	60.091
Títulos e Valores Mobiliários	4.272	312.709
Carteira Própria	2.563	311.531
Vinculados a Prestação de Garantia	1.709	1.178
Relações Interfinanceiras	123.577	84.450
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	5.574	4.284
Créditos Vinculados:		
Depósitos no Banco Central	117.897	80.082
SFH – Sistema Financeiro da Habitação	32	68
Correspondentes	74	16
Relações Interdependência	5	-
Operações de Crédito	448.483	352.263
Setor Público	77	977
Setor Privado	466.594	370.083
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(18.188)	(18.797)
Outros Créditos	55.087	45.284
Carteira de Câmbio	171	185
Rendas a Receber	1.380	412
Diversos	54.398	47.007
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(862)	(2.320)
Outros Valores e Bens	2.416	2.505
Outros Valores e Bens	4.189	4.505
(Provisões para Desvalorizações)	(1.828)	(2.000)
Despesas Antecipadas	55	-
Realizável a Longo Prazo	801.699	472.753
Títulos e Valores Mobiliários	404.251	201.418
Carteira Própria	399.633	201.418
Vinculado a Compromissos de Recompra	4.618	-
Relações Interfinanceiras	53.351	50.681
Créditos Vinculados:	-	-
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	53.351	50.681
Operações de Crédito:	320.587	188.103
Setor Público	-	83
Setor Privado	333.591	198.080
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(13.004)	(10.060)
Outros Créditos	23.510	32.551
Diversos	23.510	32.551
Permanente	42.480	33.381
Investimento	33	33
Outros Investimentos	171	171
(Provisão para Perdas)	(138)	(138)
Imobilizado de Uso	40.513	32.462
Imóveis de Uso	44.683	44.682
Outras Imobilizações de Uso	51.219	39.199
(Depreciações Acumuladas)	(55.389)	(51.419)
Diferido	118	227
Gastos de Organização e expansão	546	546
(Amortização acumulada)	(428)	(319)
Intangível	1.816	659
Outros Ativos Intangíveis	2.231	681
(Amortização Acumulada – Intangível)	(415)	(22)
TOTAL DO ATIVO	1.916.256	1.823.888

BALANÇO PATRIMONIAL

	30.06.2010	30.06.2009
PASSIVO		Reclassificado
Circulante	1.644.806	1.605.386
Depósitos	1.529.043	1.515.907
Depósitos à Vista	493.976	568.287
Depósitos de Poupança	254.402	195.904
Depósitos Interfinanceiros	8.079	29.262
Depósitos a Prazo	772.586	722.454
Captação no Mercado Aberto	4.600	-
Carteira Própria	4.600	-
Relações Interfinanceiras	14.928	11.938
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	14.767	11.850
Correspondentes	161	88
Relações Interdependências	139	126
Recursos em Trânsito de Terceiros	93	71
Transferências Internas de Terceiros	46	55
Outras Obrigações	96.096	77.415
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	6.820	3.203
Sociais e Estatutárias	81	72
Fiscais e Previdenciárias	10.518	9.195
Negociação e Intermediação de Valores	8.414	6.059
Diversas	70.263	58.886
Exigível a Longo Prazo	38.711	22.906
Depósitos	16.782	1.809
Depósitos à Prazo	16.782	1.809
Outras Obrigações	21.929	21.097
Diversas	21.929	21.097
Patrimônio Líquido	232.739	195.596
Capital Social	105.895	105.895
Reservas de Capital	-	16.484
Reserva de Lucro	95.865	56.446
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM	-	274
Lucros Acumulados	30.979	16.497
TOTAL DO PASSIVO	1.916.256	1.823.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE

	30.06.10	30.06.09
Receita da Intermediação Financeira	186.837	159.772
Operações de Crédito	153.120	118.707
Resultado de Oper. com Tít. e Valores Mobiliários	30.795	38.297
Resultado de Operações de Câmbio	6	-
Resultado das Aplicações Compulsórias	2.916	2.768
Despesas da Intermediação Financeira	(48.693)	(48.160)
Operações de Captação no Mercado	(39.330)	(42.168)
Resultado de Operações de Câmbio	-	(1)
Provisão para Operações de Crédito	(9.363)	(5.991)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	138.144	111.612
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(81.920)	(82.062)
Receitas de Prestação de Serviços	2.978	2.949
Rendas de Tarifas Bancárias	11.983	8.330
Despesas de Pessoal	(46.590)	(39.891)
Outras Despesas Administrativas	(41.739)	(38.772)
Despesas Tributárias	(8.636)	(6.965)
Outras Receitas Operacionais	3.178	1.764
Outras Despesas Operacionais	(3.094)	(9.477)
Resultado Operacional	56.224	29.550
Resultado não Operacional	118	1.991
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	56.342	31.541
Imposto de Renda e Contribuição Social	(20.640)	(12.368)
Provisão para Imposto de Renda	(8.937)	(5.378)
Provisão para Contribuição Social	(5.461)	(3.262)
Ativo Fiscal Diferido	(6.242)	(3.728)
Participações no Lucro	(4.723)	(2.676)
Empregados – Lei 10.101, de 19.12.2000	(4.653)	(2.609)
Administradores – Lei 6.404, de 15.12.1976	(70)	(67)
Lucro Líquido	30.979	16.497
Lucro Líquido por ação (R\$)	3,25	1,73

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2008	105.895	16.484	56.446	-	-	178.825
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	274	-	274
Lucro Líquido do 1º semestre de 2009	-	-	-	-	16.497	16.497
Saldo em 30 de junho de 2009	105.895	16.484	56.446	274	16.497	195.596
Mutações do Semestre	-	-	-	274	16.497	16.771
Saldo em 31 de dezembro de 2009	105.895	5.511	99.874	-	-	211.280
Reversão para Reserva de Lucros	-	(5.511)	5.511	-	-	-
Dividendos Distribuídos AGO 06.04.2010	-	-	(9.520)	-	-	(9.520)
Lucro Líquido do 1º semestre de 2010	-	-	-	-	30.979	30.979
Saldo em 30 de junho de 2010	105.895	-	95.865	-	30.979	232.739
Mutações do Semestre	-	(5.511)	(4.009)	-	30.979	21.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	30.06.2010	30.06.2009
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido	30.978	16.497
Ajustado Por:		Reclassificado
Depreciação/Amortização	3.468	2.761
Provisão p/ Perdas de Investimentos		7
Lucro Líquido Ajustado	34.446	19.265
Variação de Ativos e Obrigações		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(43.326)	(143.397)
Títulos e Valores Mobiliários	113.497	(9.890)
Relações Interfinanceiras/Interdependências	18.068	48.430
Operações de Crédito	(187.519)	(121.630)
Outros Créditos	(17.843)	(12.754)
Outros Valores e Bens	647	445
Depósitos	136.687	273.294
Obrigações por Operações Compromissadas	(33.100)	(10.002)
Outras Obrigações	3.046	(5.250)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(9.842)	19.246
Atividades de Investimento		
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	242	428
Alienação de Imobilizado de Uso	200	103
Aquisição de Imobilizado de Uso	(5.785)	(4.983)
Aplicação no Diferido	(69)	(455)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento	(5.612)	(4.907)
Atividades de Financiamentos		
JCP/Dividendos Pagos ou Provisionados	(9.520)	-
Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamentos	(9.520)	-
Disponibilidade Líquida de Caixa	9.472	33.604
Modificações em Disponibilidades Líquidas		
Início do Período	55.662	45.847
Fim do Período	65.134	79.451
Variação Líquida das Disponibilidades	9.472	33.604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ é uma sociedade anônima aberta de economia mista, tendo como acionista majoritário o Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo, com as carteiras: comercial, crédito imobiliário, de desenvolvimento e câmbio.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (Bacen) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração do Fluxo de Caixa, o valor de caixa e equivalentes de caixa é composto por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo prazo de vencimento das operações, na data de aquisição, seja igual ou inferior a 90 dias.

3.3. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.4. Títulos e Valores Mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários estão registrados e classificados de acordo com as Circulares nº 3.068/2001 e 3.082/2002, que estabelecem os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis em carteira em:

- a) **Títulos para negociação** – adquiridos com o propósito de serem ativados e freqüentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- b) **Títulos disponíveis para venda** – que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários; e
- c) **Títulos mantidos até o vencimento** – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. O registro dos “Títulos Mantidos até o Vencimento” em Curto e Longo Prazo foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Bacen, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimentos.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido “Ajustes de avaliação patrimonial”.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os rendimentos dos títulos, calculados “pro rata die” com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, são apropriados ao resultado do período, independentemente da categoria em que são classificados.

3.5. Instrumentos Financeiros e Derivativos

Os instrumentos financeiros e derivativos são registrados, na data da aquisição, de acordo com a intenção da Administração, levando-se em conta a finalidade de projeção contra riscos (*hedge*) ou não, conforme Circular BCB nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002.

As operações com instrumentos financeiros efetuados em negociação associada à operação de captação de recursos, com o mesmo prazo de vencimento e com a mesma contraparte da operação associada, não são ajustadas a mercado, conforme Circular BCB nº 3.150, de 11 de setembro de 2002. A Instituição não operou com derivativos no primeiro semestre de 2010 e 2009.

3.6. Relações Interfinanceiras

Os créditos junto ao FCVS, decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, são registrados pelo valor nominal atualizado pelos rendimentos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas por negativa total ou parcial dos créditos por parte do FCVS. Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

3.7. Operações de Crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas com taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia em rendas a apropriar e as operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos, observado que, se vencidas há mais de 59 dias, as rendas somente são reconhecidas se efetivamente recebidas.

3.8. Outros Valores e Bens

Composto basicamente por Bens Não de Uso Próprio, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento. É mantida provisão para desvalorização de 50% do valor de registro. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. Segundo as normas bancárias brasileiras, devemos dispor desses ativos no prazo de um ano após o seu efetivo recebimento; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

3.9. Ativo Permanente

Os Investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas julgadas permanentes.

No Imobilizado é registrado os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, pelo custo de aquisição atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

- | | |
|--|-----|
| • Imóveis de uso – Edificações | 4% |
| • Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação | 20% |
| • Demais itens | 10% |

A Administração da Instituição entende ser essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

O Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de acordo com a Resolução nº 3.642, de 26 de novembro de 2008, do CMN.

3.10. Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

3.11. Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep, Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
ISS	até 5%

3.12. Passivos circulante e não circulante:

Depósitos e captações no mercado aberto - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Demais passivos circulantes e não circulantes - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias vencidas e proporcionais e os abonos e folgas estão integralmente provisionados por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

3.13. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento, de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na deliberação 594/09 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e Resolução CMN nº 3.823/09.

- Os ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

- Os passivos contingentes – decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

3.14. Reclassificações

Após a emissão das demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2009, publicadas em 28 de agosto de 2009, a Companhia, em processo de análise e conciliação do saldo contábil das contas: SFH – Sistema Financeiro da Habitação, do grupo de contas RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS; Depósitos à Prazo do grupo de contas de DEPÓSITOS e; Diversas, pertencente ao grupo de contas de OUTRAS OBRIGAÇÕES, concluiu sobre a necessidade de efetuar a segregação do saldo dessas contas entre circulante e longo prazo.

Os efeitos desse ajuste nas demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2009, são como segue:

	30.06.2009	
	Anteriormente apresentado	Reapresentado
Balanco patrimonial		
Ativo Circulante		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		
SFH – Sistema Financeiro da Habitação	36	68
Ativo Realizável a Longo Prazo		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		
SFH – Sistema Financeiro da Habitação	50.713	50.681

Passivo Circulante
DEPÓSITOS

Depósitos à Prazo	724.263	722.454
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
Diversas	79.983	58.886

Exigível à Longo Prazo
DEPÓSITOS

Depósitos à Prazo	-	1.809
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
Diversas	-	21.097

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	30.06.10	30.06.09
Posição Bancada:		
Letras Financeiras do Tesouro	224.996	34.001
Letras do Tesouro Nacional	65.000	97.000
Nota do Tesouro Nacional	-	250.000
Depósitos Interfinanceiros		
Não Ligadas	83.107	60.091
Total	373.103	441.092

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
a) Classificação por tipo de papel:

Títulos	30.06.10	30.06.09
Livres		
Letras Financeiras do Tesouro	211.537	311.254
CVS	190.659	201.418
Ações de Companhias Fechadas	-	277
Vinculados a Operações Compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro	4.618	-
Vinculados à Prestação de Garantia		
Letras Financeiras do Tesouro	1.709	1.178
Total	408.523	514.127

b) Classificação por categoria e vencimento:

Tipo	30.06.10			30.06.09		
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Faixa de Vencimento
Títulos para Negociação						
LFT	217.948	217.864	07/09/2010 à 07/09/2015	312.169	312.432	17/03/2010 a 17/03/2010
Títulos disponíveis para Venda						
Ações	-	-		3	277	-
Títulos Mantidos até Vencimento						
CVS	190.659	190.659	01/01/2027 a 01/01/2027	201.418	201.418	01/01/2027 a 01/01/2027
Total	408.607	408.523		513.590	514.127	

CVS são títulos recebidos do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS. O FCVS, criado por intermédio da Resolução nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação – BNH, tem como função garantir, perante os bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação (utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos) e os reajustes salariais.

6. CRÉDITOS VINCULADOS

Composição:

Itens	30.06.10	30.06.09
BACEN - Recursos Recebidos do Crédito Rural	-	6.333
Reservas Compulsórias em Espécie – BACEN	62.360	33.324
Recolhimentos s/ Depósitos de Poupança – BACEN	49.688	39.182
SFH – Créditos junto ao FCVS	53.351	50.681
Recolhimento Compulsório – Compensação de Documentos - BACEN	4.158	1.243
Outros	1.722	68
Total	171.279	130.831

Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista.

Os créditos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, já homologados pela Caixa Econômica Federal e em processo de emissão dos títulos CVS (Nota 5) pela STN. Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% e 6,17% ao ano acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR).

Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela Caixa Econômica Federal.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS

7.1 Composição da Carteira com Característica de Concessão de Crédito:

a) Por tipo de Operação

	30.06.10	30.06.09
Operações de Crédito	800.262	569.223
Adiantamentos a Depositantes	120	175
Empréstimos	787.013	553.363
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	9.466	9.855
Financiamentos Imobiliários	3.586	4.770
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	77	1.060
Outros Créditos	-	397
Devedores por Compras de Valores e Bens	-	397
Total Líquido	800.262	569.620

b) Por Faixas de Vencimento e Nível de Risco:

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	06. 2010	06. 2009
Parcelas Vincendas (A Vencer)	77	716.559	4.607	14.982	37.766	1.021	989	1.406	16.602	794.009	561.294
Até 30 Dias	77	50.529	307	799	1.881	96	82	72	2.385	56.228	45.402
31 a 60 Dias	-	22.876	253	325	806	60	56	59	327	24.762	22.483
61 a 90 Dias	-	44.514	266	678	1.746	65	60	65	445	47.839	35.278
91 a 180 Dias	-	137.161	687	2.195	6.707	162	141	175	1.540	148.768	115.526
181 a 360 dias	-	168.236	739	2.749	7.583	185	170	274	1.399	181.335	131.620
Acima 360 Dias	-	292.332	2.351	8.118	18.948	414	446	733	10.250	333.592	198.560
Parcelas Vencidas até 14 Dias	-	911	4	118	95	39	34	28	256	1.485	12.425
Parcelas Vencidas	0	175	298	449	278	334	246	4.473	6.253	8.326	
15 a 30 Dias	-	0,2	174	87	70	24	26	15	99	495	395
31 a 60 Dias	-	-	1	211	199	83	70	45	428	1037	3452
61 a 90 Dias	-	-	0,1	0,1	180	92	75	43	471	861	820
91 a 180 Dias	-	-	-	-	-	78	163	143	1397	1781	1730
181 a 360 Dias	-	-	-	-	-	1	-	-	2034	2035	1929
Acima de 360 Dias	-	-	-	-	-	-	-	-	44	44	0,1
Total em 06. 2010	77	716.559	4.782	15.280	38.215	1.299	1.323	1.652	21.075	800.262	
Totais em 06. 2009	1.060	461.786	1.802	66.307	13.037	1.027	1.044	2.510	21.048		569.620

c) Por Setores de Atividade

Itens	30.06.10	%	30.06.09	%
Setor Público	77	0,01	1.060	0,19
Infraestrutural	77	0,01	1.060	0,19
Setor Privado	800.185	99,99	568.560	99,81
Pessoas Físicas	783.755	97,94	553.534	97,18
Pessoas Jurídicas	3.378	0,42	401	0,07
Rural	9.466	1,18	9.855	1,73
Habitação	3.586	0,45	4.770	0,84
Total	800.262	100	569.620	100

7.2 Provisões para Perdas em Operações de Crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e, com base nessa classificação, constituiu-se provisão para créditos em liquidação a taxas que variam entre 0,5% e 100% em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Itens	30.06.10	30.06.09
Saldo inicial da provisão	(28.236)	(25.555)
Provisões Constituídas	(15.064)	(17.933)
Reversões de Provisões	2.569	7.700
Valores Baixados ou Compensados c/ Créditos	9.539	6.931
Provisão para Perdas nas Operações de Crédito	(31.192)	(28.857)
Provisão para Outros Créditos	(862)	(2.321)
Saldos no fim do 1º Semestre 2010	(32.054)	(31.178)

O montante dos créditos recuperados, no 1º semestre de 2010, que haviam sido anteriormente baixados contra provisão, foi de R\$ 2.146 mil (R\$ 3.898 no 1º semestre 2009).

7.3 Rendas de Operações de Crédito

	30.06.10	30.06.09
Adiantamento a depositante	98	118
Empréstimo	149.815	111.069
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.146	3.898
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	748	3.416
Financiamentos rurais	305	169
Financiamentos Infraestruturais	8	37
Total	153.120	118.707

8. OUTROS CRÉDITOS SEM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

	30.06.10	30.06.09
Carteira de Câmbio	171	185
Rendas a Receber	1.380	412
Dividendos e Bonificações	6	30
Serviços Prestados a receber	1.351	358
Outras Rendas A Receber	23	24
Diversos	77.908	79.558
Adiantamento e Antecipações salariais	2.762	2.382
Adiantamento para Pagamento	2.481	3.599
Crédito tributário - IR/CSLL	28.505	38.923
Devedores p/ Compra de Valores	-	397
Devedores por Depósitos em Garantia	26.809	18.569
Imposto e Contribuições a Compensar	61	39
Pagamentos a Ressarcir	452	900
Devedores Diversos - País	16.838	14.749
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(862)	(2.321)
Sem Características de Concessão de Créditos	(862)	(2.321)
Total	78.597	77.834

9. OUTRAS IMOBILIZAÇÕES

Itens	30.06.10	30.06.09
Sistema de Processamento de Dados	35.184	30.223
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	7.253	5.875
Sistema de Comunicação	807	504
Sistema de Segurança e Transportes	1.881	1.867
Móveis e Equipamentos em Estoque	1.963	549
Imobilizações em Curso	4.131	181
Total	51.219	39.199

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

10 CAPTAÇÕES

a) Depósitos:

	30.06.10	30.06.09
Depósitos à Vista	493.976	568.287
Depósitos do Público	309.205	183.296
Depósitos de Instituições Financeiras	214	200
Depósitos Vinculados	9.504	5.275
Depósitos de Governo	175.053	379.516
Depósitos a Prazo	787.831	723.871
Depósitos de Poupança	254.402	195.904
Depósitos Interfinanceiros	8.079	29.262
Depósitos Judicial com Remuneração	1.537	392
Total	1.545.825	1.517.716

Os Depósitos de Poupança são atualizados pela variação da Taxa Referencial e acrescidos de juros de 6% ao ano; os Depósitos a Prazo são remunerados à taxa (em função do CDI) com vencimentos, entre 30 e 180 dias.

b) Composição dos depósitos por vencimentos (exceto Depósitos à Vista):

Vencimento	À prazo ligados	À prazo não ligados	Interfinanceiros Não Ligados	Poupança	30.06.10	30.06.09
até 30 dias	19.723	10.141	-	252.293	282.157	232.117
de 31 a 60 dias	8.476	4.899	-	1.121	14.496	34.342
de 61 a 90 dias	28.375	3.811	-	988	33.174	67.952
de 91 a 180 dias	90.918	12.332	-	-	103.250	81.553
de 181 a 360 dias	551.618	42.293	8.079	-	601.990	532.093
acima de 360 dias	8.698	8.084	-	-	16.782	1.371
Total	707.808	81.560	8.079	254.402	1.051.849	949.428

c) Composição por segmento de mercado (exceto Depósitos à Vista):

Composição	À prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.06.10	30.06.09
Sociedades ligadas	707.808	-	-	707.808	669.436
Pessoas físicas	35.326	-	243.721	279.047	218.506
Instituições financeiras	-	8.079	-	8.079	-
Pessoas jurídicas	46.234	-	10.681	56.915	29.262
Total	789.368	8.079	254.402	1.051.849	949.428

d) Concentração por depositantes (exceto Depósitos à Vista):

Concentração	À prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.06.10	30.06.09
Principal cliente	310.095	8.079	2.672	320.846	669.436
10 maiores clientes	216.729	-	8.356	225.085	218.506
50 seguintes maiores clientes	165.841	-	14.265	180.106	-
100 seguintes maiores clientes	52.644	-	14.024	66.668	29.262
Demais clientes	44.059	-	215.085	259.144	32.224
Total	789.368	8.079	254.402	1.051.849	949.428

e) Despesas de Captação:

	30.06.10	30.06.09
Depósitos de Poupança	7.207	6.599
Depósitos Interfinanceiros	578	1.772
Depósitos a Prazo	29.825	32.065
Depósitos Judiciais	4	4
Operações Compromissadas - Carteira Própria e de Terceiros	609	728
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	1.107	1000
Total	39.330	42.168

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

Itens	30.06.10	30.06.09
Cheque Administrativo	424	804
Contrato de Assunção de Obrigações	4.926	2.721
Obrigações p/ Contribuições ao SFH	11	13
Obrigações por Convênios	9.705	10.936
Obrigações por Prestação de Serviços	7.695	4.564
Provisão para Pagamentos a Efetuar ^(a)	46.991	41.167
Credores Diversos – País	6.387	3.874
Passivo Contingente – Trabalhista ^(b)	6.675	6.927
Passivo Contingente – Cíveis ^(b)	8.078	7.568
Passivo Contingente – Cessão de Crédito Rural com Coobrigação ^(b)	1.300	1.409
Total	92.192	79.983

a) As principais provisões constituídas no semestre que compõem o saldo da rubrica Provisões para Pagamentos a Efetuar, são:

Itens	30.06.10	30.06.09
Provisão com Pessoal	10.607	8.104
Suplementação e contribuição PAVI/PROIAP/PDVI	18	59
Provisão com Participação nos Lucros e Resultados – PLR	4.630	2.611
Obrigações Atuarial (Nota 15)	26.682	26.078
Provisão p/ Outras Despesas Administrativas	4.675	3.950
Outros	379	365
Total	46.991	41.167

b) Passivos contingentes e obrigações legais – Fiscais e Previdenciárias:

O Banco é parte em processos judiciais, de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para passivos contingentes envolve ações trabalhistas e cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas mensalmente.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, adotando-se 3 critérios: Critério 1 Chance considerada como remota de perda, onde não são provisionados valores relacionados à ação; Critério 2 Chance possível de perda, onde são provisionados 50% dos valores relacionados; Critério 3 Chance provável de perda, no que se provisiona 100% dos valores relacionados.

A administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição. Abaixo o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

Probabilidade de Perda	Trabalhista (b.1)	Cível (b.2)	Fiscais e previdenciários (b.3)	30.06.10	30.06.09
Provável	6.345	3.203	2.210	11.759	11.294
Possível	330	4.875	1.424	6.628	7.034
Total	6.675	8.078	3.634	18.387	18.328

b.1) Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras”. Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

b.2) Processos Cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

b.3) Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

O BANPARÁ vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazo, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 30 de junho de 2010, são:

- **CPMF - R\$1.745 mil** - Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de Declarações relacionadas à CPMF. No mérito é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- **INSS - R\$354 mil** - Trata-se de Mandado de Segurança com pedido liminar visando afastar a incidência de contribuição previdenciária sobre o Abono Único concedido pela Convenção Coletiva de Trabalho 2003/2004. A tese do banco tem como fundamento a natureza não salarial do abono concedido, o que afasta a incidência de contribuição previdenciária. A tese tem amparo na pacífica posição jurisprudencial sobre o assunto.

- **ISS - R\$1.070 mil** - Trata-se de Ação Anulatória de Débitos Fiscais com Pedido de Depósito impugnando judicialmente os autos de infração julgados procedentes pelo Município de Belém, impondo ao banco a obrigação de pagamento de valores decorrentes de um pretense recolhimento à menor de ISSQN. A tese do banco tem como fundamento a ilegalidade do entendimento do Fisco Municipal em tributar rubricas contábeis desvinculadas da prestação de serviços, incidindo sobre receitas próprias do banco. A tese tem amparo doutrinário e jurisprudencial.

- **ITR - R\$38 mil** - Trata-se de Execução Fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo banco em dação em pagamento. O Banco impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de Execução Fiscal já em curso. Os accertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do accertamento definitivo da CDA (Certidão de Dívida Ativa). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

- **IPTU - R\$428 mil** - Trata-se de um procedimento administrativo junto à Secretaria de Finanças de Belém - PA visando regularizar, de forma definitiva, os supostos débitos de IPTU relativos a imóveis do patrimônio do banco. A apuração encontra-se em análise pelo órgão fazendário tendo em conta que o banco já apurou o débito total cujo valor encontra-se devidamente resguardado pelo depósito administrativo efetivado para garantir a quitação dos débitos fiscais efetivamente devidos pelo banco.

c) Movimentação das provisões:

	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do período	6.536	8.555	3.510
Atualização monetária	104	803	124
Constituições/(reversões)	116	(428)	-
Pagamentos	(81)	(852)	-
No final do período	6.675	8.078	3.634

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
12.1 Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do BANPARÁ.

Acionista	Total	%
• Estado do Pará	9.519.433	99,9767
• Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do BANPARÁ	768	0,0081
• Administradores	38	0,0004
• Outros	1.410	0,0148
Total	9.521.649	100

Ações em Circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANPARÁ, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações Não em Circulação ¹	Ações em Circulação ²	Total de Ações	% Ações em Circulação
ON	9.519.471	2.178	9.521.649	0,0229

¹ Compreendem ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

² Total de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

12.2 Exigibilidades de Capital e Limites de Imobilização

Apresentamos abaixo os principais indicadores em 30 de junho de 2010, conforme regulamentação em vigor:

Indicadores	30.06.10	30.06.09
Patrimônio de Referência – PR	232.508	156.443
Patrimônio de Referência Exigido – PRE	120.237	69.748
Índice de Basileia	21,3%	24,6%
Índice de Imobilização	17,4%	20,7%
Margem de Imobilização	74.001	45.066

Em junho de 2010, o Índice de Basileia foi de 21,3%. A redução apresentada, em comparação ao índice de junho de 2009, foi impulsionada basicamente pelo crescimento da carteira de crédito do Banco.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os honorários dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do BANPARÁ totalizaram no primeiro semestre de 2010 R\$411 mil (R\$241 mil no primeiro semestre de 2009).

14. GESTÃO DE RISCO

Visando à melhoria do processo de Controles Internos e Gerenciamento de riscos, o BANPARÁ, alinhado aos padrões estabelecidos pelo Novo Acordo de Capital – Basileia II, vem desenvolvendo estratégias sólidas, explicitadas em suas políticas e regulamentos que tornam possível a administração de seus riscos de modo a mantê-los compatível com o apetite a risco do banco:

Risco de Mercado – Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição.

O risco de mercado é gerenciado de modo a atender às recomendações e normas dos órgãos reguladores alinhado às melhores práticas do mercado, aderentes as políticas internas e normativos externos, através da utilização de metodologias estatísticas dentre eles VaR e testes de stress e de sensibilidade, os quais são revisados e adequados periodicamente.

As posições são marcadas a mercado diariamente e calculado o VaR Global, VaR por fator de Risco, efeito diversificação das carteiras, monitoradas as maiores exposições, *duration*, alavancagens, descasamentos, GAP's, assim como os limites operacionais das exposições, definidos em política. O nível médio de risco Global não apresentou mudanças significativas no período, mantendo similaridade com desvios observados pela volatilidade dos fatores de risco e mudança de estratégica da carteira.

Análise de Sensibilidade - O BANPARÁ analisa, mensalmente, o efeito da variação das taxas de juros sobre o valor do portfólio do Banco através da medição das mudanças na estrutura temporal das taxas de juros, estimando a quantidade de pontos-base de choques de taxas necessários para acarretar reduções no valor de mercado das operações mantidas até o vencimento. Porém, para a carteira Banking, as oscilações de taxas de juros não representam obrigatoriamente impacto sobre o resultado do Banco, pois a intenção é manter as operações até o vencimento. Além disso, o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxas de juros poderá não representar necessariamente um prejuízo contábil material para a instituição.

Risco de Liquidez – Define-se como risco de liquidez a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O BANPARÁ monitora o risco de liquidez observando as projeções para o seu fluxo de caixa, bem como possíveis alterações na estrutura de suas operações. Diariamente é realizado o cálculo da margem de liquidez da instituição visando identificar a evolução do caixa no curto, médio e longo prazo, em cenários operacionais e de stress parametrizados de acordo com as premissas definidas em política.

Risco de Crédito - Alinhado às melhores práticas adotadas pela indústria financeira, e no intuito de melhor atender à Resolução – CMN nº 3.721/09, neste período o Banco realizou a definição e implantação da Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito a qual possui como principais tópicos: Objetivos, Abrangência, Estrutura, Papéis e Responsabilidades, Diretrizes, Metodologias, e Gestão da Política, todos, destinados ao estabelecimento das diretrizes macros para viabilização da manutenção das exposições ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela alta administração da instituição.

O Banco utiliza Sistema de gerenciamento de risco, integrado aos legados de crédito, como ferramenta para mensurar os impactos de risco de crédito nas etapas de concessão e gestão de sua carteira de clientes, com base nos mais avançados conceitos e metodologias de análise, nos quais as múltiplas dimensões representam um diferencial para a qualidade de avaliação e decisão de gestores e analistas. A gestão do risco de crédito é realizada por meio de modelos estatísticos tais como: Valor em Risco de Crédito (VaR), Contribuição Individual de Risco, Testes de Stress, Retorno Ajustado ao Risco (RAROC) e Precificação.

Risco Operacional - Após estudo das metodologias de mensuração de risco operacional e avaliação de abordagens padronizadas e avançadas como a *Alternative Standardized Approach (ASA)* e a *Advanced Measurement Approach (AMA)*, foram considerados os aspectos operacionais do Banco e adotados os procedimentos de estruturação da base de dados e testes voltados à implementação da abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – ASA 2, a partir 1º semestre de 2011, com vistas à migração do cálculo, hoje efetuado pela abordagem de Indicador Básico - BIA, o que resultará na redução do valor utilizado na alocação do risco operacional.

Mais detalhes sobre o processo de controle de risco podem ser consultados no site www.banparanet.com.br na rota: O BANPARÁ/Relação com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos.

15. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PLANO DE SAÚDE

15.1 Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão

O BANPARÁ patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada pela Cafbep - Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do BANPARÁ, entidade fechada de previdência privada.

Em julho de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou o novo regulamento do plano de benefícios – Prev-Renda, que instituiu o plano de contribuição definida, contemplando os seguintes benefícios: (a) renda temporária – considerada como benefício programado, enquadrada na modalidade de contribuição definida; e (b) benefícios por morte e por invalidez do participante - considerados benefícios de risco, enquadrados na modalidade de benefício definido, percebidos de forma temporária.

Em dezembro de 2002, iniciou-se o processo de migração do plano com as características de benefício definido para o de contribuição definida, resultando que 96% do total dos participantes concordaram em aderir à migração para o novo plano de benefícios denominado Prev-Renda.

São os seguintes os benefícios de complementação de aposentadoria:

(a) Plano de Benefício Definido - BD

Tem em vista assegurar aos seus participantes a suplementação de aposentadoria e pensão, pecúlio por morte e auxílio reclusão. Trata-se de plano com 21 participantes, todos assistidos, que se encontra em extinção, visto que o mesmo não admite o ingresso de novos participantes.

(b) Plano de Contribuição Definida - CD

Compõe-se de um segmento de contribuição definida puro, com vistas a proporcionar renda temporária (benefício programado), mediante a formação de poupanças individuais através de contribuições mensais do BANPARÁ e de cada participante. Por outro lado, o plano também assegura benefícios de risco, na forma de benefício definido, destinado a assegurar pecúlio por morte e por invalidez do participante.

Reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefícios

(a) Plano de Benefício Definido – BD

O valor do Passivo Atuarial de responsabilidade do BANPARÁ, em 30 de junho de 2010, conforme avaliação do atuário independente Watson Wyatt do Brasil Ltda., é assim demonstrado:

Itens	30.06.10	30.06.09
Serviço Passado	94	242
Déficit Técnico	1.240	1.893
Total	1.335	2.135

Os valores devidos pelo Banco, por conta desse passivo, vêm sendo pagos por meio de contribuições mensais correspondentes a R\$ 101 mil (cota patronal). Destaca-se que estes se encontram integralmente provisionados.

No 1º semestre de 2010, o BANPARÁ efetuou contribuições a favor da Cafbep no montante de R\$ 607 mil.

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

Taxas Percentuais, ao ano	30.06.10	30.06.09
- Taxa de desconto da obrigação atuarial, real	6%	6%
- Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano real	6%	6%
- Expectativa de inflação para o exercício	6%	6%
- Aumentos salariais futuros	2%	2%
- Rotatividade	0%	0%
- Aumentos futuros de benefícios	0%	0%
- Parcela de funcionários optando por aposentadoria precoce	0%	0%

Tempo Médio para Aposentadoria em anos: 4

(b) Plano de Contribuição Definida - CD

Contribuições pagas	Percentual sobre a folha de salários
Contribuições do Banco	4,42
Contribuições do Participante	4,42

Estímulo à migração

O Banco se obrigou a conceder, a título de estímulo à migração de participantes do plano BD para o plano CD, o percentual de 16,623401% sobre a folha de salários dos Participantes Ativos, em 180 meses, tendo pago até 30 de junho de 2010, 91 parcelas restando, ainda, 89 parcelas de R\$ 408 mil, a liquidar. Esses valores foram reconhecidos de forma diferida, à taxa de 11,74% a.a. (6% + INPC acumulado seis meses até junho de 2009) ao ano, estando totalmente provisionado, cujo Passivo reconhecido em 30 de junho de 2010 é de R\$ 25.347mil (R\$ 23.942 mil, em 30 de junho de 2009).

No 1º semestre de 2010, o BANPARÁ efetuou contribuições a favor da Cafbep no montante de R\$2.447 mil.

15.2 Plano de Assistência à Saúde - PAS

O BANPARÁ patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, Plano de Assistência à Saúde - PAS para os empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios oferecidos pelo

sistema oficial de saúde, cuja administração é efetuada pela Cafbep - Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco do Estado do Pará S.A., entidade fechada de previdência privada.

No 1º semestre de 2010, o BANPARÁ efetuou contribuições a favor da Cafbep no montante de R\$ 993 mil.

Não há provisão constituída para este plano por não haver déficit bem como pagamento de benefício pós emprego.

16. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS E PROGRAMAS

O Banco do Estado do Pará como agente financeiro do Estado do Pará, opera e administra os seguintes Fundos e Programas de Desenvolvimento.

Em 30 de junho de 2010, a soma dos recursos aplicados era de R\$138.426 mil (em 30 de junho de 2009, R\$101.271mil), quais sejam:

Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE

Tem por objetivo financiar programas e projetos considerados relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Pará, de forma a reduzir desigualdades regionais e sociais bem como garantir a competitividade dos empreendimentos econômicos instalados no Estado.

I – Financiamento ao setor público para execução de projetos de infra-estrutura econômica e social;

II - Financiamento ao setor privado de natureza reversível, destinado a estimular o associativismo, especialmente o cooperativismo integrado por pequenos agentes econômicos, bem como as microempresas, as empresas de pequeno porte, mini e pequenos produtores rurais;

III – Financiamento a empreendimentos de micro e pequeno porte de pessoas físicas e jurídicas.

O fundo é constituído com recursos do Governo do Estado do Pará, cujo saldo aplicado em 30 de junho de 2010 era de R\$123.849mil (R\$88.882mil em 30 de junho de 2009).

Fundo para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado do Pará - BANCO DO PRODUTOR

Tem por objetivo principal, financiar empreendimentos econômicos de interesse estratégico para o desenvolvimento, diversificação e transformação da base produtiva do Estado do Pará, promovendo geração de emprego e renda, exclusivamente, em projetos localizados no Estado do Pará.

O fundo é formado por recursos do Governo do Estado do Pará e da Companhia Vale do Rio Doce, cujo saldo aplicado em 30 de junho de 2010 era de R\$ 13.133mil (R\$ 11.553mil em 30 de junho de 2009).

O Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Pará – PARÁ RURAL, criado pela Lei nº 6.797, de 16/11/2005, é uma proposta político-estratégica do Estado do Pará co-financiada pelo Governo do Estado do Pará (GEP) e Banco Mundial (BIRD), tendo como área de abrangência geográfica o ambiente rural do Estado e cujo saldo aplicado a partir de 13/04/2010 até 30 de junho de 2010 era de R\$ 267mil.

O Programa atuará em duas frentes convergentes de ação: a primeira relacionada ao aumento da renda e melhoria das condições de vida de comunidades rurais pobres, mediante o financiamento de processos locais de desenvolvimento, implementação de projetos produtivos e provisão de infra-estrutura complementar à produção. A segunda direcionada ao fortalecimento e aprimoramento do processo de gestão fundiária e ambiental do Estado, mediante investimentos na melhoria da estrutura institucional responsável pelo ordenamento territorial.

Fundo Municipais de Desenvolvimento – FMD – São formados com recurso dos Governos Municipais com o objetivo de potencializar e incentivar a geração de postos de trabalho e de renda para as pessoas físicas e jurídicas do próprio município. Em 30 de junho de 2010 o saldo aplicado era de R\$ 1.177mil (R\$ 835mil em 30 de junho de 2009).

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As captações no mercado aberto, depósitos a prazo, e demais transações entre partes relacionadas, são efetuadas em condições e taxas normais de mercado, tomando como parâmetro as taxas médias praticadas com terceiros. Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

Transação:	30.06.10	30.06.09
Depósitos		
Estado do Pará à vista	155.156	367.214
Estado do Pará a prazo	645.516	605.402
Obrigações Sociais e por Convênio		
Caixa de Previdência e Assistência dos Funcionários do BANPARÁ	17	26.137

18. SEGUROS

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura, em 30 de junho de 2010, é de R\$124.684 (R\$110.243 mil em junho de 2009), determinada em função de avaliação dos valores e riscos envolvidos.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e de seus clientes, no sentido de reduzir a exposição a riscos de mercado e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições. A Instituição não operou com derivativos no primeiro semestre de 2010 e 2009.

20. ACORDO DE COMPENSAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

O BANPARÁ mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. Em 30 de junho de 2010, a posição da obrigação do BANPARÁ que envolve referido acordo é a seguinte:

Modalidade da Operação	Data do Contrato	Vencimento da obrigação	Valor do DIR	Juros Capitalizados	Valor Total
DI Rural	24/05/2010	21.02.2011	8.000	79	8.079

21. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

21.1 Base de cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

DESCRIÇÃO	30.06.10		30.06.09	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da trib. e participações	46.632	46.632	26.036	26.036
Base de Cálculo	46.632	46.632	26.036	26.036
Adições (Exclusões)	5.260	5.260	5.030	5.030
Lucro Tributável antes das Compensações	51.892	51.892	31.066	31.066
Compensação Prejuízos Fiscais e Base Negativa	(15.568)	(15.568)	(9.320)	(9.320)
Base de Cálculo após Compensações	36.324	36.324	21.746	21.746
Alíquota Normal (15%)	5.449	5.449	3.262	3.262
Adicional do Imposto de Renda (10%)	3.620	-	2.162	-
Valores Devidos	9.069	5.449	5.424	3.262
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(54)	-	(46)	-
Patrocínio-Festival Internacional de Música do Pará	(100)	-	-	-
IR e CSLL a Pagar	8.915	5.449	5.378	3.262

A Instituição, em processo de análise da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido relativo ao exercício 2009, concluiu sobre a necessidade de efetuar ajustes na apuração desses tributos no valor de R\$21 mil e R\$13 mil, respectivamente, uma vez que a despesa de PLR-Administradores no valor de R\$120 mil não havia sido considerada naquela base de cálculo. Consequentemente, a realização do crédito tributário de prejuízo fiscal e base negativa no valor de R\$9 mil e R\$5 mil, respectivamente, também foi ajustada.

21.2 Origem e movimentação dos créditos tributários e obrigações fiscais diferidas

DESCRIÇÃO	Saldo no início do semestre		Saldo no final do semestre		Crédito Tributário em 30/06/2010	Crédito Tributário em 30/06/2009
	Realizações	Constituição	Realizações	Constituição		
Provisão p/ Créditos em Liquidação	95.074	-	6.682	101.756	42.182	40.100
Provisão p/ Outros Créditos	18.695	-	944	19.639	7.632	7.448
Provisão p/ Passivos Trabalhistas	2.400	(130)	242	2.642	1.270	1.333
Provisão p/ Ações Cíveis	8.208	-	-	8.078	3.007	2.880
Prejuízos em Operações. Swap	516	-	-	516	129	129
Provisão p/ Diferença de Inventário	3.056	-	-	3.056	1.222	1.222

Provisão p/ Riscos Fiscais	3.390	-	244	3.634	1.457	1.506
Provisão p/ Outros Valores e Bens	4.087	(121)	-	3.966	1.693	1.736
Total das Adições Temporárias	135.426	(251)	8.112	143.287	58.591	56.353
Prejuízo Fiscal	67.019	(15.568)	-	51.451	12.827	19.317
Base Negativa	92.847	(15.568)	-	77.279	15.677	19.606
Total do Crédito Tributário					87.095	95.276
Crédito Tributário Ativado					28.504	38.923
Crédito Tributário Não Ativado					58.591	56.353

Em 30 de junho de 2010, o banco mantém registrado, como ativo fiscal diferido, Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente, sobre prejuízo fiscal e base negativa o montante de R\$ 28.504 que será baixado dentro da expectativa inicial. Neste mesmo período, o banco possui créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, sobre diferenças temporárias, no montante de R\$ 58.591.

Os créditos tributários foram constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes de IRPJ (25%) e CSLL (15%) sobre suas respectivas bases e, atualmente, são observados os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional.

21.3 Expectativa de realização dos créditos tributários:

A ativação de crédito tributário está fundamentada em estudo técnico demonstrativo da expectativa de geração de resultados futuros, que possibilitam a sua realização no prazo de até 10 anos, conforme demonstrado a seguir:

Ano de Realização	IRPJ a Compensar	CSLL a Compensar	Total Geral
2010	(3.142)	(1.852)	(4.994)
2011	(5.452)	(3.271)	(8.723)
2012	(4.233)	(3.626)	(7.859)
2013	-	(3.974)	(3.974)
2014	-	(2.954)	(2.954)
Total	(12.827)	(15.677)	(28.504)

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

22.1 Outras Receitas/Despesas Operacionais:

Outras Receitas Operacionais	30.06.10	30.06.09
Recuperação de Encargos e Despesas	620	53
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	1.668	995
Atualização Monetária de Valores Ativos	20	10
Reversão de Provisão	88	-
Outros – Ações Judiciais	255	-
Taxa de Inscrição de Concurso Público	518	-
Outros	8	706
Total	3.177	1.764

Outras Despesas operacionais	30.06.10	30.06.09
Despesas Carteira Imobiliária	964	6.931
Despesas Descontos Concedidos	14	10
Despesas de Atualização de Impostos e Contribuição	245	233
Despesas de Atualização Monetária de Valores Passivos	217	288
Despesas de Atualização de Ações Judiciais	1.254	773
Despesas de Ações Judiciais	114	705
Despesas Vinculadas ao SFH	214	-
Outras Despesas Operacionais	72	537
Total	3.094	9.477

22.2 Outras Receitas/Despesas Não Operacionais:

Outras Receitas/ Despesas Não Operacionais	30.06.10	30.06.09
Reversão de provisões não operacionais	121	130
Insubsistências Passivas	49	2.180
Lucros em Transações com Valores Mobiliários	144	1.437
Rendas de Aluguel	117	111
Outras Receitas não Operacionais	75	76
Prejuízos em Transações com Valores	-	(1)
Insubsistências ativas	(18)	(216)
Insubsistências Passivas	(27)	(527)
Roubos por Assalto	(293)	(1.006)
Provisões não operacionais	-	(162)
Outras Despesas não Operacionais	(50)	(31)
Total	118	1.991

**Banpará**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDILSON RODRIGUES DE SOUSA

Presidente

BENEDITO PASSOS GÓES

Membro

JOSÉ JÚLIO FERREIRA LIMA

Membro

JOSÉ RAIMUNDO BARRETO TRINDADE

Membro

MARCO ANTÔNIO LIMA DE GUSMÃO

Membro

DIRETORIA

AFFONSO RODRIGUES VIANNA NETO

Presidente

ADERSON DO CARMO BRAGA PESSOA

Diretor

AMAURY VALENTE DE SOUZA

Diretor

CARLOS ALEXANDRE FERREIRA DA SILVA

Diretor

GLICÉRIA DEUSDEDIT CARVALHO DE MELO

Diretor

CONSELHO FISCAL

MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO

Membro

JOSÉ MARIA TAVARES TEIXEIRA

Membro

MARY JOYCE WHITE ROCHA

Membro

LUIZ ALBERTO NERY SAMPAIO
Contador CRC (PA) nº 6678

**Banpará**

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração, Administradores e Acionistas do
Banco do Estado do Pará S.A.
Belém – PA

1. Examinamos o balanço patrimonial do Banco do Estado do Pará S.A. (“Instituição”, “Banpará” ou “Banco”), em 30 de junho de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao semestre findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame, exceto quanto aos assuntos mencionados nos parágrafos 3 e 4, foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Instituição; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Instituição, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a Instituição patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, e plano de assistência à saúde para os empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social e oferecidos pelo sistema oficial de saúde, respectivamente, cuja administração é efetuada pela Cafbep - Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banpará, entidade fechada de previdência privada. Conforme nota explicativa nº 11, em 30 de junho de 2010, a Instituição possuía provisão atuarial registrada em seu passivo, na rubrica “Outras obrigações - Provisão para pagamentos a efetuar”, no montante de R\$26.682 mil. Até a conclusão dos nossos trabalhos, não nos foram apresentados os demonstrativos de resultados da avaliação atuarial, realizada por atuário independente e com base nos benefícios pós-emprego, requeridos pela NPC 26, emitida pelo Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes (Ibracon) e referendada pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. Não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuar procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto à suficiência da referida provisão em 30 de junho de 2010.
4. Até a conclusão dos nossos trabalhos, não obtivemos acesso aos papéis de trabalho dos auditores independentes anteriores, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Conseqüentemente, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente sobre a inexistência de distorções nos saldos iniciais que afetam de forma relevante as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2010.
5. Em nossa opinião, exceto quanto aos assuntos mencionados nos parágrafos 3 e 4, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Pará S.A. em 30 de junho de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e seu fluxo de caixa correspondentes ao semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
6. As demonstrações contábeis correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2009, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, os quais emitiram parecer, datado de 14 de agosto de 2009, sem ressalvas.

Fortaleza, 11 de agosto de 2010

Eliardo A. L. Vieira
Sócio-contador
CRC 1SP241582/O-1”S”PA
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5”S”PA

José Luiz de Souza Gurgel
Sócio-contador
CRC 1RJ087339/O-4”S”PA
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5”S”PA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Inciso II do artº 163, da Lei nº 6.404/76, tendo examinado o Balanço Patrimonial levantado em 30.06.2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, correspondentes ao semestre findo naquela data, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração, constataram que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que as mesmas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela Instituição, no período.

Deste modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação.

Belém(PA), 19 de agosto de 2010.

Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso V. do art. 142 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30/06/2010, acompanhadas do Relatório da Administração, pareceres dos auditores independentes, BDO Auditores Independentes, e do Conselho Fiscal, e com base na análise efetuada, aprovou, por unanimidade, os documentos, por refletirem adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição.

Belém (PA), 27 de agosto de 2010.

Conselho de Administração



Banpará